VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Técnico – Pedagogo

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

Consulplan
AVALIANDO COM GABARITO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Desumanidade

Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por *Bucha*. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de *Kiev* é inominável. Quando as tropas russas abandonaram a região ao norte da capital ucraniana, deixaram evidências de crimes de guerra. E um rastro de dor e de horror que provocará traumas profundos na sociedade da ex-república soviética. As imagens que chegaram de *Bucha* causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade. Em *Bucha* e em localidades vizinhas, a Procuradoria-Geral da Ucrânia informou terem sido encontrados 410 civis mortos.

Guerras, por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica, precisam seguir regras de conduta. Uma delas é jamais atingir a população civil. Os alvos têm que se resumir aos objetivos militares. Recebi várias imagens de *Bucha*. Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente. O Tribunal Penal Internacional precisa investigar a matança e punir de forma exemplar todos os responsáveis pelas atrocidades, do mais baixo ao mais alto escalão militar e de poder. A comunidade internacional tem a obrigação moral de reforçar as sanções contra *Vladimir Putin* e sua autocracia.

Não se trata mais de *Putin* sentir-se ameaçado pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) rumo ao Leste da Europa. O que está em questão aqui é a existência de provas cabais de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. A guerra que muitos querem justificar como legítima está assassinando civis, que nada têm a ver com pretensões políticas ou militares de *Putin* e do presidente ucraniano, *Volodymyr Zelensky*. São pais, mães, filhos, executados a sangue frio e sem piedade.

O único legado da guerra de *Putin* será a dor. A Ucrânia precisará se reerguer das ruínas, e seus cidadãos terão que aprender a conviver com o luto e com o trauma. A Rússia será relegada ao status de pária, e seus líderes deverão prestar contas à Corte de *Haia*. Soldados russos conviverão com a pecha de assassinos e com as memórias de quando escolheram a desumanização. Minhas lágrimas por *Bucha*.

(Rodrigo Craveiro. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/04/4998550-rodrigo-craveiro-desumanidade.html – Em: julho de 2022.)

01

É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

A) O afastamento da comunidade internacional provoca o fortalecimento de ações de guerra em que civis são afetados.
B) As reações aos fatos mencionados perpassam por uma trajetória temporal que vai do presente a uma projeção para o futuro.
C) Embora haja regras seguidas no contexto apresentado, tal conduta não pôde minimizar os efeitos negativos inerentes às ações executadas.
D) Os sentimentos provocados pelos horrores da guerra mencionados no texto demonstram, apesar de toda comoção, acomodamento como resultado de um sentimento de incapacidade.

02

Em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) o uso da letra maiúscula pode ser indicado como:

A) Parcialmente correto.
B) Completamente correto.
C) Completamente incorreto.
D) Facultativo em todas as ocorrências.

03

De acordo com o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que:

A) Há um contraste entre as ações propostas pelos envolvidos no conflito e as ações por eles realizadas.
B) São apresentadas propostas de intervenção para o assunto tratado, mas apenas um agente para sua realização.
C) O autor é categórico em suas afirmações acerca das situações futuras envolvendo adversários em situação de conflito.
D) A partir de uma sequência de possibilidades, o autor demonstra sua preocupação com a atual situação dos países envolvidos no cenário por ele retratado.

04

"*As imagens que chegaram de Bucha causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade.*" (1º§) Considerando-se as variadas características de tipos textuais diferentes, em relação ao trecho destacado anteriormente, pode-se afirmar que:

A) O enunciador se concentra no tema do discurso.
B) O enunciador designa no discurso, as variáveis do contexto verbal.
C) Há relação de anterioridade e posterioridade entre os fatos relatados.
D) A sequenciação da enunciação das imagens apresentadas não pode ser alterada.

05

A forma verbal "*poderia*" em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) representa um fato não concluído assim como ocorre com a forma verbal destacada em:

A) Tu foste feliz em uma época distante.
B) O diretor disse que renunciaria ao cargo ontem.
C) Ele estivera naquela região, lembro-me perfeitamente.
D) Amara tão intensamente que sua saúde ficou comprometida.

06

Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que:

A) A variedade linguística aplicada caracteriza o emprego da linguagem técnica como estratégia para atrair a atenção do leitor.
B) O grau de formalidade está relacionado ao conteúdo trazido ao texto, não podendo tal conteúdo ser referenciado de outra forma.
C) Considerando o suporte textual empregado, a adequação quanto à linguagem faz referência ao uso da linguagem informal de forma predominante com objetivo de atrair o interlocutor.
D) A linguagem padrão foi adequadamente empregada de acordo com o gênero textual apresentado, sendo essa uma de suas características quanto à estrutura linguística do gênero textual apresentado.

07

Estabelecendo-se uma relação entre o título atribuído ao texto e o título sugerido opcionalmente pelo próprio autor no início do texto, pode-se afirmar que:

A) Demonstra que o assunto apresenta questões polêmicas e controversas.
B) Tem como objetivo provocar o interlocutor quanto à relevância de tal escolha.
C) Trata-se de uma estratégia argumentativa para sustentar a tese apresentada e defendida no texto.
D) A aparente dúvida do autor quanto ao título textual tem sua justificativa apresentada no próprio texto.

08

As vírgulas que separam o segmento "*por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica*":

A) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
B) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
C) Foram empregadas em função de destacar o termo "Guerras".
D) Não são obrigatórias, neste caso, de acordo com a norma padrão da língua.

09

A respeito da expressão das intenções e pontos de vista do enunciador, pode-se afirmar que em "*Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente*." (2º§) é possível reconhecer tal procedimento e sentido que expressa em relação ao exposto:

A) Anterioridade e provocação.
B) Ceticismo e obrigatoriedade.
C) Possibilidade e temporalidade.
D) Duplicidade, certeza e comprovação.

10

A frase com a qual o texto é finalizado: "*Minhas lágrimas por Bucha*" pode ser considerada uma reescrita que mantém a correção gramatical e o sentido original para a opção de título sugerido no início do texto? Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a pergunta anterior.

A) Não, não há qualquer relação de sentido entre as estruturas linguísticas referidas no enunciado.
B) Sim, o trecho destacado seria uma terceira opção para o título do texto já que se trata de uma reescrita da opção apresentada cujo sentido original está plenamente mantido.
C) Não, apesar de haver uma relação em referência ao conteúdo, a finalização do texto tem sentido diferente do indicado no título sugerido quando torna o discurso pessoal, particular.
D) Não, ainda que o conteúdo da frase final do texto esteja relacionado à sugestão do título apresentado na introdução, o título de um texto como o do gênero textual em análise não pode apresentar qualquer tipo de parcialidade.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO

11

O Ministério Público do Estado do Pará instaurou um processo administrativo "X", com base em sua legislação ordinária específica, que prevê o mesmo regramento sobre prazos previsto na Lei Federal nº 9.784/99. Nesse sentido, é correto afirmar que no processo administrativo "X":

A) Um prazo de dois dias úteis publicado em uma sexta-feira vence na segunda-feira seguinte.
B) Os prazos não admitem suspensão, salvo hipótese de requerimento conjunto de duas ou mais partes.
C) Um prazo de um mês, publicado em 31.01.2022 (segunda-feira), venceu em 28.02.2022 (segunda-feira).
D) Os prazos em anos contam-se em dias corridos, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

12

O Ministério Público do Estado do Pará promoveu um seminário para discutir Ética Pública, tendo o palestrante apresentado regras deontológicas do Decreto Federal nº 1.171/1994. Quanto às regras deontológicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O êxito do trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser considerado como seu maior patrimônio e como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que ele próprio é integrante da sociedade na condição de cidadão.
B) Permitir a formação de longas filas, deixando qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que o servidor público exerce suas funções, caracteriza, não apenas, ato de desumanidade, mas especialmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
C) A moralidade, como princípio da Administração Pública, vai além da distinção entre o bem e o mal; por isso, deve ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse do cidadão. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade consolida a eficiência na prestação dos serviços públicos.
D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, nesse sentido, se integra também na vida particular de cada agente público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão diminuir ou acrescer o seu bom conceito na vida funcional.

13

No que tange à Lei nº 13.140/2005, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

A) O mediador, no desempenho de sua função, poderá reunir-se com as partes em conjunto, vedado ouvi-las separadamente, ainda que para facilitar o entendimento entre aquelas.
B) Para atuar como mediador judicial, é preciso deter capacidade civil e ser graduado, há pelo menos um ano, em curso de ensino superior em Direito, com capacitação em mediação.
C) Qualquer pessoa capaz poderá atuar como mediador extrajudicial, se tiver a confiança das partes, independentemente de capacitação, desde que integre conselho, entidade de classe ou associação.
D) Equipara-se a servidor público, para fins da legislação penal, tanto o mediador quanto as pessoas que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas.

14

Um promotor de justiça do Estado Alfa propôs ação de improbidade administrativa em face de servidor público que praticou um ato omissivo decorrente de divergência interpretativa de lei, com base em jurisprudência do Tribunal de Contas daquele Estado. Nesse sentido, consideradas as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992, referida omissão, em tese:

A) Não configura ato de improbidade administrativa.
B) Configura ato de improbidade se a jurisprudência for posteriormente superada.
C) Caracteriza atentado ao princípio da legalidade e configura ato de improbidade administrativa.
D) Representa conduta culposa, passível de configuração como ato de improbidade administrativa.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

15

O Estado do Pará deve adotar medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra, com medidas específicas para combater o extermínio da juventude negra. Assim, nos termos da Lei nº 9.341/2021, sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social as seguintes fontes de financiamento, EXCETO:

A) Doações voluntárias de particulares.
B) Transferências voluntárias da União.
C) Doações de organizações não governamentais.
D) Transferências voluntárias de outros estados e dos municípios.

16

Por meio da Lei nº 9.341/2021, o Estado do Pará instituiu o Estatuto da Equidade Racial, estabelecendo direitos da população negra. Considerando as medidas previstas na referida norma, é correto afirmar que:

A) O Poder Público Estadual deve adotar medidas para inventariar, restaurar e proteger os sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas.
B) Uma das diretrizes expressas da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra determina o fortalecimento de programas voltados ao atendimento de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal – AME.
C) Um dos objetivos da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra é o atendimento ambulatorial, odontológico, nutricional e hospitalar específico, prestado diretamente nas comunidades quilombolas remanescentes.
D) Uma das estratégias para o fomento ao pleno acesso da população negra às práticas desportivas é o reconhecimento da atividade capoeirista como modalidade de luta esportiva e não mais de manifestação de dança e música.

17

No que tange ao regramento vigente sobre concursos públicos, previsto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, conforme Lei nº 5.810/1994, assinale a afirmativa correta.

A) A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
B) As provas serão avaliadas na escala de zero a cem pontos e, aos títulos, quando afins, serão atribuídos dez pontos, no máximo.
C) Os candidatos regularmente inscritos deverão comprovar, no ato da inscrição no concurso público, os requisitos previstos no edital.
D) Os concursos terão a validade de dois anos, a contar da publicação da classificação final, prorrogável expressamente uma única vez por igual período.

18

Em relação ao exercício do cargo público, nos termos da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor empossado, que não entrar em exercício no prazo previsto na Lei, será demitido do cargo público.
B) O servidor preso em flagrante ou pronunciado por crime comum somente será afastado do exercício do cargo após a sentença final transitada em julgado.
C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de quinze dias, contados da data da posse, no caso de nomeação, e nos demais casos, da data da publicação oficial do ato.
D) O servidor poderá ausentar-se do Estado, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, mediante prévia autorização do Governador do Estado.

19

Sobre as formas de provimento derivado e movimentação de pessoal, nos moldes da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, a pedido ou *ex-officio*.

B) O ato de reintegração será expedido no prazo máximo de sessenta dias do pedido, reportando-se sempre à sentença judicial transitada em julgado ou à decisão administrativa definitiva.

C) A promoção é a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento-base, em cargo de maior escolaridade, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

D) O retorno à atividade de servidor aposentado por incapacidade permanente, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se reversão e prescinde de a aposentadoria ter ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação.

20

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça, está correto o que se afirma em:

A) Sendo a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça rejeitada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, os autos do processo respectivo serão encaminhados para a decisão final do Conselho Superior do Ministério Público.

B) Contados do recebimento da notificação da proposta de destituição, o Procurador-Geral de Justiça poderá oferecer contestação e requerer produção de provas, indicando testemunhas ou apresentando documentos no prazo de vinte dias.

C) Se o Conselho Superior do Ministério Público reprovar a destituição do Procurador-Geral de Justiça, este reassumirá imediatamente o cargo e, na hipótese de aprovação, o Subprocurador-Geral de Justiça assumirá imediatamente as atribuições do destituído.

D) A destituição do Procurador-Geral de Justiça, assegurada ampla defesa e contraditório, será proposta em petição escrita e devidamente instruída com provas dos fatos, por iniciativa da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça, e dependerá da aprovação de dois terços de seus integrantes, mediante voto secreto.

21

Em relação ao planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, nos moldes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O Plano Geral de Atuação (PGA) e o Plano Plurianual (PPA) do Ministério Público serão aprovados pelo Procurador--Geral de Justiça e elaborados com a participação efetiva dos representantes dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

B) São instrumentos do planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público (PGA-MP/PA), o Plano Plurianual do Ministério Público (PPA-MP/PA), além de outros instrumentos previstos em lei ou em ato normativo.

C) Os Programas ou Planos de Atuação (PA) aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, visarão atender situações emergenciais relacionadas com as funções institucionais ou áreas de atuação do Ministério Público e dependerão de suas disponibilidades orçamentária e financeira.

D) Os Programas e Projetos Especiais (PE) das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça especificarão as providências judiciais e extrajudiciais necessárias ao desempenho das atribuições dos seus órgãos de execução, a forma da participação dos demais órgãos do Ministério Público neles envolvidos e os meios, recursos e controle para as suas execuções.

22

Considerando a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto aos direitos, garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) Não será concedida ajuda de custo ao membro do Ministério Público por ocasião da investidura no cargo inicial da carreira.

B) O subsídio mensal dos membros do Ministério Público será fixado e reajustado pela Assembleia Legislativa, mediante lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.

C) Os membros do Ministério Público são remunerados exclusivamente por subsídio mensal, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer adicionais e indenizações.

D) Serão concedidas diárias para viagem, passagem ou indenização de transporte quando o deslocamento do membro do Ministério Público constituir exigência permanente do cargo.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

23

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.

I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.

III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

Após análise dos itens, conclui-se que

A) uma assertiva está correta.
B) três assertivas estão corretas.
C) duas assertivas estão corretas.
D) nenhuma assertiva está correta.

24

Ramirez, de nacionalidade mexicana, reside em Redenção, no Estado do Pará, há trinta anos ininterruptos e não possui condenação penal. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Ramirez, na condição de estrangeiro, é titular de um direito fundamental específico que não se aplica a brasileiros.
B) Ramirez adquiriu a nacionalidade brasileira derivada para todos os fins legais, independentemente de pedido, após completar quinze anos ininterruptos de residência no país.
C) Caso venha a adquirir a nacionalidade brasileira, Ramirez poderá perdê-la caso, sem licença do Presidente da República, aceite comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro.
D) Após sua naturalização especial, Ramirez poderá vir a perder a nacionalidade brasileira somente se, por sentença judicial, tiver cancelada sua naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

25

Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

A) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.
B) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.
C) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.
D) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.

26

O Brasil pode ganhar um novo estado. Um projeto de criação de Tapajós, que se tornaria a 28ª unidade federativa do país, está em tramitação no Senado. O processo é complexo e passa por várias instituições políticas. De acordo com o projeto, se o Tapajós for criado, ele terá Santarém como sua provável capital e 43,15% do atual território do Estado do Pará.

(Disponível em: https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/11/18/estado-de-tapajos-entenda-o-processo-de-criacao-e-o-plebiscito.ghtml. Adaptado. Acesso em: 25/06/2022.)

A respeito da criação de novos estados e seu tratamento na Constituição da República Federativa de 1988, assinale a afirmativa correta.

A) Pressupõe a existência de Lei complementar da União estabelecendo período possível para criação de novos Estados.
B) Tem, dentre seus requisitos, a necessidade de divulgação de Estudos de Viabilidade Estadual e a edição de Lei estadual.
C) A cisão ou subdivisão de um estado acarreta a perda de parte de sua população e de seu território, não havendo perda da personalidade jurídica do ente primitivo.
D) Depende de aprovação da população diretamente interessada, assim entendida como a população tanto da área a ser desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente.

27

Ao revisar nota técnica elaborada por um colega, determinado analista do Ministério Público do Pará se deparou com a transcrição de algumas atribuições de órgãos/entidades previstos constitucionalmente; analise-as.

I. Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

II. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

III. Elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

A associação correta que deve ser realizada pelo servidor acerca das atribuições mencionadas é

A) **I.** Ministério Público **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça

B) **I.** Supremo Tribunal Federal **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça

C) **I.** Conselho Nacional de Justiça **II.** Conselho Nacional do Ministério Público **III.** Ministério Público

D) **I.** Conselho Nacional do Ministério Público **II.** Ministério Público **III.** Conselho Nacional de Justiça

28

Segundo o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes, as emendas constitucionais são espécies normativas primárias que são produzidas mediante procedimento e quórum especial, e que, uma vez aprovadas, agregam ao texto constitucional (ou seja, viram norma constitucional com o mesmo *status* de qualquer outra). Acerca do processo legislativo das emendas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

A) A Constituição contém clara vedação à aprovação de emenda na vigência de intervenção federal, mas não proíbe expressamente a tramitação de uma proposta de emenda constitucional no mesmo período.

B) Se as Assembleias Legislativas das unidades da Federação de pelo menos cinco estados manifestarem-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, é possível o exercício da iniciativa de uma proposta de emenda constitucional.

C) A Constituição de 1988, desde sua promulgação, previu que o quórum de votação das emendas constitucionais também se prestaria para a incorporação, com mesmo grau hierárquico, dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada se sujeita ao regime da irrepetibilidade relativa, pois pode ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante provocação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

29

Ao Presidente da República, dentre outros papéis no processo legislativo federal, cabe a manifestação, em momento oportuno, acerca de sua aquiescência (sanção) ou discordância (veto) sobre o projeto ou medida em discussão. Especificamente com relação a esse assunto, assinale a afirmativa correta.

A) A participação do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo das emendas constitucionais não inclui a possibilidade de sanção ou veto.

B) A medida provisória publicada e integralmente aprovada sem alterações pelo Congresso Nacional deve ser encaminhada ao Presidente da República para sua sanção ou veto.

C) A ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de Lei, tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade, quando dele seja a prerrogativa usurpada.

D) O ordenamento jurídico brasileiro admite a chamada sanção tácita pelo Presidente da República, como ocorre, a título de exemplo, no caso de medida provisória não apreciada dentro do prazo previsto na Constituição da República.

30

No que concerne ao regime de responsabilidades do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.

A) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a aprovação de sua denúncia pela Câmara dos Deputados.

B) São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

D) Quando do processamento e julgamento do Presidente da República por crimes de responsabilidade, funcionará como Presidente o do Congresso Nacional, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

31

Nos termos da Carta Magna de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Dentre as formas de participação do povo na condução de assuntos relevantes para a sociedade, NÃO é uma hipótese prevista constitucionalmente a:

A) Iniciativa de projetos de lei.
B) Iniciativa de proposta de emenda constitucional.
C) Manifestação durante o processo de criação de novos Municípios.
D) Manifestação durante o processo de criação de novos Estados-membros.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

32

Determinar, na Ciência Jurídica, o que é o Direito Administrativo, tem sido tarefa dos doutrinadores. Sobre o conceito de Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Ramo do Direito Público que estuda princípios e regras reguladores do exercício da função administrativa.
II. Ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
III. Ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo "Estado *versus* contribuinte", na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.
IV. Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Nos termos doutrina pátria, são conceitos possíveis para o Direito Administrativo, apenas

A) I e III.
B) II e III.
C) I, II e IV.
D) II, III e IV.

33

Maria, servidora pública recém concursada do MPPA, inicia o exercício do cargo, estando em dúvida sobre o estágio probatório e suas consequências. Considerando o caso hipotético, nos termos do disposto na Constituição Federal e na legislação do Estado do Pará, Maria deverá cumprir estágio probatório:

A) De dois anos, após os quais adquirirá vitaliciedade, só podendo perder o cargo após sentença judicial transitada em julgado.
B) Por três anos de efetivo serviço, findo os quais adquirirá vitaliciedade, não sendo condição para isso, que seja realizada avaliação especial de desempenho.
C) De três anos, após os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, aprovação em avaliação especial de desempenho.
D) Por dois anos de efetivo serviço, findo os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, que seja realizada avaliação especial de desempenho.

34

Sobre os Princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa que NÃO encontra amparo na doutrina pátria.

A) A Constituição Federal traz os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sendo estes os únicos princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Lei Maior.
B) No Direto Administrativo brasileiro, alguns autores defendem que a Supremacia do Interesse Público sobre o interesse privado e a Indisponibilidade do Interesse Público são considerados supraprincípios ou superprincípios.
C) Ofende tanto o princípio da Moralidade quanto o da Impessoalidade, a nomeação de parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante, por usa influência, para exercício de cargo em comissão na Administração Pública.
D) A lei que regula o processo administrativo federal, define Razoabilidade e Proporcionalidade como a "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público".

35

O estudo da organização administrativa pressupõe institutos como a (des)centralização, a (des)concentração, a Administração direta e indireta; as entidades paraestatais e terceiro setor. De acordo com a legislação aplicada ao caso, sobre as Organizações Sociais (OS), componentes do Terceiro Setor, analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser qualificadas como OS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam de interesse público, tais como ensino e pesquisa científica, desde que cumpram os requisitos previstos na lei da espécie, por ato discricionário de autoridade pública.

II. Aos Estados e Municípios é vedado qualificar entidades sem fins lucrativos como OS, ainda que visando maior flexibilização administrativa.

III. A parceria entre a OS e a Administração Pública concedente da qualificação se dará através da realização contrato de gestão para fomento e execução de suas atividades.

IV. Às OS poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo ainda possível cessão especial de servidor.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III e IV.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.

36

A Responsabilidade do Estado evoluiu da inicial irresponsabilidade estatal (*The King can do no wrong*) para a atual responsabilidade objetiva do Estado. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre a Responsabilidade do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. No Brasil, aplica-se a Teoria do Risco Integral nos casos de danos ambientais, danos nucleares e para atentados terroristas em aeronaves de qualquer nacionalidade, se ocorridos no Brasil.

II. Caso uma pessoa, por vontade própria, provoque dano a si mesma, envolvendo no fato a Administração Pública, será aplicada a Teoria do Risco Administrativo, que permite excludentes de ilicitude, a exemplo de culpa exclusiva da vítima.

III. O prazo para terceiros ingressarem em juízo com as ações de responsabilização extracontratual do Estado, em regra, será de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

37

Licitação é o procedimento prévio à realização de contratos administrativos e visa assegurar o interesse público. De acordo com as legislações vigentes, sobre Licitações, analise as afirmativas a seguir.

I. Atualmente, tanto a Lei nº 14.133/2021, quanto a Lei nº 8.666/1993 estão em vigor no país. Mesmo com a publicação e vigor da primeira, a segunda continua podendo ser utilizada em procedimentos licitatórios até abril de 2023.

II. Quando da realização de procedimento licitatório, o poder público poderá combinar a aplicação das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, devendo, no edital, no aviso ou no instrumento de contratação direta, informar expressamente que está procedendo deste modo.

III. Uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 foi a modalidade de licitação chamada de Diálogo Competitivo. Nela a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final, após o encerramento dos diálogos.

IV. As modalidades licitatórias Convite e Tomada de Preço, dispostas na Lei nº 8.666/1993, não são tratadas na Lei nº 14.133/2021.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e III.
C) I, III e IV.
D) II, III e IV.

38

Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência dominantes no Brasil, sobre Controle Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. O Mandado de Segurança, o *Habeas corpus*, a Ação Popular, o Mandado de Injunção, o *Habeas data* e a Ação Civil Pública são importantes instrumentos de controle judicial da Administração Pública.

II. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são importantes instrumentos de controle político realizado pelo Poder Legislativo.

III. O controle hierárquico é importante instrumento de controle administrativo exercido internamente no âmbito da própria Administração.

IV. Os Tribunais de Conta são importantes ferramentas de controle administrativo auxiliares do Poder Legislativo. No âmbito dos Municípios, tem-se a presença do Tribunal de Contas Municipais, criado apenas nos municípios que atinjam o contingente populacional de dois milhões de habitantes.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) II, III e IV.

39

Ato administrativo, na concepção de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "*é declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário*" (DI PIETRO: 2022). De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre ato administrativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo federal, dispõe que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

( ) Presunção de Legitimidade e Autoexecutoriedade são alguns dos atributos dos atos administrativos.

( ) De acordo com parte da doutrina, são requisitos de validade dos atos administrativos: competência, forma, finalidade, motivo, e objeto.

( ) A convalidação de ato administrativo é uma forma de suprir defeitos leves, como a competência e o motivo do ato, por meio de um segundo ato chamado ato convalidatório, tendo em vista a preservação de sua eficácia.

A sequência está correta em

A) V, V, V, F.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) F, F, F, V.

40

Para o exercício de sua missão, a Administração Pública tem, atribuídas pelas normas jurídicas, certas prerrogativas que constituem poderes-deveres para a realização do interesse público. Analise as situações hipotéticas, considerando o poder da Administração Pública a elas relacionado.

I. Quando um fiscal da Prefeitura de determinado Município vai a uma obra exigindo a apresentação de alvará de construção e, caso não exista, embarga a obra, estar-se-á diante do poder de polícia.

II. Quando determinada Lei pede análise de elementos como intenção, grau de instrução, conhecimento técnico, para determinar que, diante do caso concreto o agente – baseado em critérios de oportunidade e conveniência – aplique advertência, multa pecuniária ou apreensão de bem, estaremos diante do poder vinculado.

III. Apurado o cometimento de uma ilegalidade, determinado servidor público foi suspenso de suas atividades por trinta dias. A imposição de sanção ao servidor público é ligada ao poder disciplinar.

IV. Quando um servidor público efetivo atinge setenta e cinco anos e é aposentado compulsoriamente, nos termos da Lei, estar-se-á diante do poder vinculado.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Tendo como plano de fundo a Teoria das Inteligências Múltiplas, leia atentamente o caso de Breno.

Breno, o segundo filho de um casal que teve uma menina como primogênita, desde que nasceu, mostrou-se tranquilo. Dormia sozinho no aconchego de seu berço e sempre abraçado à um "piu-piu" de pelúcia que era quase do seu tamanho. Após os seis meses, passou a dormir mexendo na orelha, mas com o brinquedo de pelúcia sempre ao lado. Estranhava com facilidade as pessoas que não eram de seu convívio social. Ao sair de casa, não era o tipo de criança que saía correndo e pulando, estava sempre "grudado" com a mãe, de quem quase não largava a mão. Aos três anos foi matriculado na natação com o intuito de fazer amizades, mas isso se tornou um castigo, pois, ao perceber que iria para a academia, já começava a chorar. Sua mãe então o colocou no judô. Novamente isso virou uma tortura para Breno. Depois de muita conversa sua mãe conseguia que Breno entrasse na sala de judô; porém, tinha que ficar na janela do salão olhando para ele que não tirava os olhos dela. Se porventura ela olhasse para o lado, ele saía da aula e corria em sua direção, perguntando se ela iria continuar ali. Ela insistiu por três meses e depois não o levou mais. Resolveu então matriculá-lo na educação infantil. Foi outro suplício. Ele chorou por meses. Não se identificava com nenhum amigo, com nenhum brinquedo e nem com a professora. O tempo passou e sua mãe, dessa vez, insistiu e não o tirou da escola. Ele levou muito tempo, mas se adaptou. Sempre foi organizado com seus brinquedos – que raramente estragava ou quebrava – e com suas coisas. O seu quarto sempre esteve arrumado. Quando ia brincar, tirava os brinquedos do baú e passava um bom tempo se entretendo com eles; se resolvia mudar de brincadeira, guardava tudo organizadamente no baú. Quando convidado para o aniversário de um coleguinha da escola sua mão o levava para festa e ele ia bem animado. Ao entrar no salão de festas, Breno se encostava a uma parede, de preferência que tivesse uma boa visão do que acontecia, e lá ficava observando tudo. Não brincava, não participava das brincadeiras proporcionadas pelos animadores da festa, não comia nada, só ficava ali, parado, observando. Quando sua mãe chegava para buscá-lo, encontrava-o no mesmo lugar, praticamente na mesma posição. Ao levá-lo embora, ela perguntava o que tinha acontecido na festa e ele relatava as brincadeiras sucintamente, limitando-se a responder o que ela lhe perguntava, sem florear e nem destacar nenhum fato. Quando lhe perguntava se tinha gostado da festa, respondia que tinha gostado muito. Nunca demonstrou qualquer sentimento de tristeza por não se comportar da mesma forma que os outros amiguinhos que brincavam em grupo, corriam, dançavam e faziam qualquer peripécia da idade. Breno se sentia uma criança feliz, embora sua mãe ficasse muito preocupada com seu comportamento. Ele sempre administrou bem seus sentimentos, sempre teve opinião própria, não se deixando influenciar por ninguém; ao tomar uma decisão, desde pequeno, não voltava atrás. Esse tipo de comportamento gerou, por diversas vezes, atrito entre ele e seus pais.

Breno, entre os sete e oito anos, finalmente se identificou com um amigo que era seu vizinho de prédio. Foi uma amizade forte que dura até os dias atuais. Essa amizade veio dar um colorido novo à vida de Breno, principalmente sob a ótica de sua mãe, que começou a se sentir mais tranquila. Estavam sempre juntos, amavam ir ao clube, brincavam, e faziam muita "arte" no prédio onde moravam. Sempre revezavam dormindo um na casa do outro. Só não estudavam na mesma escola, mas isso não interferia em nada. Esse amigo de Breno, a um olhar superficial, apresentava características de inteligência corporal-cinestésica, interpessoal e espacial.

Breno continuava com o mesmo comportamento. Sempre muito observador, detendo-se aos detalhes e se esmerando em tudo o que fazia. Essas características encantavam seu amigo que era o próprio "moleque" na real expressão da palavra. Eles se completavam, pois Breno era sempre o autor intelectual das ideias e seu amigo as colocava em prática; porém, os dois, sempre juntos, assumiam a autoria das "artes" e sofriam as consequências dos seus atos, ou seja, ficavam de castigo juntos (porém separados). Quando Breno tinha 12 e seu amigo 13 anos, começaram a frequentar as domingueiras do clube. Quando voltavam para casa, os dois vinham conversando animadamente ao som de muitas risadas. Breno contava tudo o que tinha observado, e posso dizer que tinha uma visão completa de tudo o que tinha acontecido no salão, e seu amigo contava seus peripécias e suas experiências com as meninas.

Nos estudos Breno ia sempre muito bem, embora nunca estudasse. Prestar atenção na aula era o suficiente. Em compensação, seu amigo passava de série ano sim, ano não. Quando tinha dezesseis anos, Breno se apaixonou. Era sua primeira namorada, enquanto seu amigo aparecia, a cada semana, com uma namorada nova. Breno teve uma atitude que surpreendeu a todos: foi pedir a menina em namoro para o pai dela. O espanto foi geral, tanto da família de Breno quanto da família da menina. Breno continuou com o temperamento centrado, sempre muito responsável, com opinião formada, sabendo bem aonde queria chegar. Continua sendo de poucas palavras, mas quando fala tem conteúdo. Tem facilidade em raciocínio lógico e cálculo e optou por engenharia elétrica com ênfase em telecomunicações, trabalhando, hoje, em uma empresa de telefonia.

(Caso retirado do Livro: Inteligências na Prática Educativa. Editora Intersaberes, 2012 p. 173 a 175. Adaptado.)

"Diante dessas observações, podemos afirmar que Breno tem a inteligência _____ como a mais potencializada; porém, se tivesse sido estimulado nas demais inteligências, hoje poderia ter outro tipo de comportamento. Poderia ser uma pessoa mais comunicativa ao ter a inteligência _____ estimulada, utilizando a _____ ou a _____ para fundamentar de forma decisiva suas ideias, teorias e convicções. Usaria a _____ concomitantemente com a _____ e a _____ no desenvolvimento e no aprimoramento da telefonia, que abrange estes tópicos de forma integrada. Teria um pensamento atento e voltado para _____, uma vez que vivemos em uma época decisiva quanto à conscientização ecológica, e seu ramo de trabalho utiliza peças que normalmente contêm metais pesados e substâncias tóxicas que contaminam o solo, as águas e o ar. Também a inteligência _____ lhe propiciaria uma manipulação totalmente eficaz nos testes desenvolvidos em sua profissão, uma vez que a superação e o lançamento de novos modelos acontecem numa velocidade ímpar." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) corporal-cinestésica / linguística / intrapessoal / verbal / lógico-matemática / musical / interpessoal / naturalista / espacial
B) lógico-matemática / intrapessoal / linguística / interpessoal / verbal / espacial / musical / naturalista / corporal-cinestésica
C) espacial / intrapessoal / interpessoal / linguística / verbal / musical / corporal-cinestésica / lógico-matemática / naturalista
D) intrapessoal / interpessoal / linguística / verbal / musical / espacial / lógico-matemática / naturalista / corporal-cinestésica

42

Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora-dependente, explorada pela metrópole, a educação não era considerada um valor social importante. A tarefa educativa estava voltada para catequese e a instrução dos indígenas; entretanto, para a elite colonial, outro tipo de educação era oferecido. O plano de instrução era consubstanciado no *Ratio Studiorum*, cujas características eram:

I. O ideal era a formação do homem universal e cristão. A educação se preocupava com o ensino de cultura geral, enciclopédico e alheio à realidade da vida de colônia. A visão era de que o homem é constituído por uma essência universal e imutável, que deve empenhar-se para atingir a perfeição, para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural.

II. A ação pedagógica dos jesuítas foi marcada pelas formas críticas de pensamento contra o pensamento dogmático. Privilegiava o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio; dedicava atenção ao preparo dos padres-mestres, dando ênfase à formação do caráter e à formação psicológica para conhecimento de si e do aluno.

III. O enfoque sobre o papel da didática, ou melhor, da metodologia de ensino, como é denominada no código pedagógico dos jesuítas, está centrado em seu caráter meramente formal, tendo por base o intelecto, o conhecimento e marcado pela visão existencialista de homem.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) III, apenas.

43

Diversas abordagens teóricas da educação buscam explicar o processo de ensino e aprendizagem. Em comum entre as diferentes correntes teóricas, há o interesse em identificar os pressupostos que baseiam a ação profissional dos professores e da escola, e utilizam-se de diferentes critérios como: as criticidades em relação à sociedade a função social da escola; as condições sociais ou mesmo o fator educativo valorizado pelas diferentes tendências. Sobre o primeiro critério, podemos classificá-las em liberais e progressistas. Considerando tais tendências, assinale a afirmativa correta.

A) Quando embasada em uma vertente tradicional, a pedagogia liberal tem como marca a busca por um ensino humanístico, no qual o aluno é preparado para alcançar a sua realização individual como pessoa por meio dos próprios esforços e a relação professor-aluno é vertical.
B) As tendências progressistas têm sido uma marca da pedagogia brasileira nos últimos 50 anos, em alguns momentos assumindo uma postura conservadora; em outros, uma postura renovada. A atuação do professor, nesta vertente, não tem relação com a rotina do aluno ou com a sua realidade social.
C) As pedagogias progressistas se inserem em um contexto político que defende os interesses individuais, a propriedade privada e a liberdade, como uma manifestação característica dessa sociedade de classes. Assim como a vertente tradicional da pedagogia liberal, a tendência liberal renovada enfatiza a cultura no desenvolvimento das habilidades individuais.
D) As pedagogias liberais são pedagogias avançadas, abertas e democráticas, tendo como exemplo as pedagogias liberais renovadas progressivistas e renovadas não diretivas. Tudo o que envolve o processo pedagógico, como conteúdos, procedimentos e, até mesmo, a relação entre professor e aluno, é caracterizado como regras impostas, para cultivar apenas a intelectualidade do aluno.

44

O pensamento pedagógico brasileiro começa a ter autonomia apenas com o desenvolvimento das teorias da Escola Nova, pois, até quase o final do século XIX, nosso pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval. Neste caminho "brasileiro" da educação, há um contexto político que o sustenta que podemos explicar dessa forma: a evolução da estrutura do poder passou por fases que se estenderam desde o predomínio quase absoluto do poder local até a supremacia do poder central, com hipertrofia do executivo. Nessa evolução, é possível vislumbrar épocas em que um equilíbrio mais ou menos estável foi detido graças às múltiplas concessões entre o poder local e o poder central – tal como se deu, por exemplo, com o pacto coronelista da política dos governadores – e momentos em que os conflitos entre uma esfera e outra se tornaram evidentes – como, por exemplo, aconteceu na época da queda da mineração. Mas, em quase todo o curso da história brasileira, as bases políticas assentaram-se mais no poder real dos donos da terra, nos interesses do latifúndio e em uma minoria aristocrática agrária. Dentro desse contexto, a ilustração dada pela escola servia também para qualificar o representante político do poder local nas esferas mais altas. O monopólio da cultura letrada dada pelas escolas era garantia de nível mais elevado de atuação, quer relativamente à prática, quer relativamente à esfera administrativa. Nexte contexto, no decorrer da História da Educação do Brasil, analise as afirmativas a seguir.

I. No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com o objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores, conseguiram organizar o ensino de forma fragmentária, tomado o país como um todo, e ideal, considerado o modelo proposto de educação. Isso se deu mesmo quando essas camadas deixaram de as únicas a procurar a educação escolar.

II. Em épocas mais recentes, o remanejamento das forças na estrutura do poder ocasionou, também, certas mudanças na organização do ensino. Essas mudanças, todavia, obedeceram ao jogo dos interesses representados de forma heterogênea na política. Nos períodos em que o legislativo funcionou, as facções nele presentes utilizaram-se sempre de mecanismos tradicionais de fortalecimento de posições, quais sejam os da política de alianças. Nesse sentido, interesses conservadores conseguiram aliar-se contra interesses mais liberais e democráticos, obtendo mais vitórias.

III. Nos períodos em que se evidenciou a hipertrofia do executivo, este ditou as regras da política educacional, segundo o modelo que se pretendeu adotar, quer na política, quer na economia, quer, enfim, em ambos os setores.

IV. Nesses diferentes períodos, a organização escolar passou a organizar-se não mais de forma fragmentária por causa do avanço e do fortalecimento do regime centralizador, mas de forma que refletisse as contradições próprias de um sistema político responsável mais pela metamorfose das formas tradicionais de controle de poder do que pela criação de formas novas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) III, apenas.
C) I e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

45

Além de contribuírem para melhor compreender as crianças e seu desenvolvimento, as pesquisas de *Piaget* levaram ao aperfeiçoamento dos métodos de ensino. Dessa forma, ele foi importante não somente por ter estudado as diferenças entre adultos e crianças, mas também por ter investigado especificamente como se constroem certas estruturas lógico-matemáticas que fazem parte de todas as formas evoluídas do pensamento adulto. De acordo com sua teoria, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O desenvolvimento ocorre em função da maturação biológica, das diversas experiências de vida e dos ensinamentos formais, sendo estes três fatores harmonizados pelo processo de equilibração. Desenvolver-se na concepção piagetiana é sinônimo de adaptar-se.
B) Seus estudos o convenceram da existência de estruturas inatas e os fatores que colaboram para o desenvolvimento cognitivo são vários: o grau de maturação biológica do sistema nervoso e do sistema endócrino, as experiências adquiridas na interação com os objetos e o meio e as interações e transmissões sociais, por intermédio da linguagem.
C) Os sistemas de signos, como a linguagem e a matemática, e os instrumentos que usamos na transformação da natureza se criam nas interações sociais. Pela interiorização desses sistemas de signos transformam-se os comportamentos dos sujeitos. Também é nesse processo de internalização que se ligam as formas iniciais com as formas avançadas de desenvolvimento cognitivo.
D) O desenvolvimento psíquico tem um sentido: o equilíbrio, ou seja, passar de estados menos equilibrado para estados de maior equilíbrio ou estabilidade por meio do conhecimento. Investigou os mecanismos que estão por trás das mudanças observadas ou verificadas nas crianças em desenvolvimento. A sequência dos estágios de desenvolvimento é válida para todas as crianças. Pode, porém, variar o ritmo com que adquirem novas habilidades.

46

Entre as relações didáticas desenvolvidas nas salas de aula, a dinâmica entre ensino e aprendizagem é, certamente, uma das mais evidentes. Apesar de serem analisados como partes distintas da didática na prática, são dois elementos interdependentes do processo de apropriação do conhecimento nas escolas. O aprendizado da escola decorre da interação entre alunos e professores, estabelecendo uma dinâmica de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, há dois atores principais: o aluno e o professor. Relacione adequadamente as abordagens pedagógicas em que se consubstanciam as relações entre alunos e professores às suas características.

1. Abordagem tradicional.
2. Abordagem comportamentalista.
3. Abordagem humanista.
4. Abordagem cognitivista.
5. Abordagem sociocultural.

( ) A educação deve ser conscientizadora, para desenvolver nos alunos o pensamento crítico e problematizador.
( ) Os três elementos necessários para a construção de um sistema de instruções são: o aluno; o objetivo de aprendizagem; e, o plano para atingir o objetivo.
( ) A ênfase está em ensinar os alunos a resolver problemas para que se tornem capazes de sistematizar pensamentos em diferentes circunstâncias.
( ) Foco na ação do professor e ensino reduzido a um processo receptivo.
( ) Ensino mais preocupado com a quantidade e a variedade de conhecimentos transmitidos.
( ) Objetivo do ensino é modificar o comportamento e a mente dos alunos.
( ) O ensino e a aprendizagem são entendidos de forma global, com foco na superação das relações sociais de poder que estabelecem o domínio de uns sobre os outros.
( ) O centro dessa abordagem é o aluno; sendo o ensino o resultado de personalidades únicas e de circunstâncias específicas de cada aluno, gerando um tipo de relacionamento especial.
( ) Na prática, significa que o aluno precisa aprender a aprender.
( ) O impulso e o estímulo inicial que pode ter origem fora da própria pessoa, por meio de um professor, por exemplo, mas a capacidade de descobrir, entender e captar conhecimentos é inerente a cada aluno.

A sequência está correta em

A) 5, 2, 4, 1, 1, 2, 5, 3, 4, 3.
B) 4, 2, 3, 1, 1, 5, 2, 3, 5, 3.
C) 2, 4, 1, 1, 2, 5, 3, 4, 3, 5.
D) 3, 1, 5, 2, 4, 4, 1, 5, 4, 1.

47

Pesquisas recentes em neurobiologia sugerem a presença de áreas no cérebro humano que correspondem, pelo menos de maneira aproximada, a determinados espaços de cognição, mais ou menos como se um ponto do cérebro representasse um setor que abrigasse uma forma específica de competência e processamento de informações. Embora seja difícil dizer claramente quais são essas áreas, existe o consenso de que possam, cada uma delas, expressar uma forma diferente de inteligência, isto é, de se responsabilizar pela solução específica de problemas ou criação de produtos válidos para uma cultura. Essas áreas, segundo *Gardner*, fazem do ser humano proprietário de pontos diferentes de seu cérebro onde se abrigam as diferentes inteligências; são essas inteligências que caracterizam o que ele chama de inteligências múltiplas. Considerando os sinais essenciais apontados por *Gardner* para que uma competência seja incluída como inteligência, analise as afirmativas a seguir.

I. Identificação da morada da inteligência por dano cerebral e apoio de exames psicométricos.
II. Existência de indivíduos excepcionais em áreas específicas da solução de problemas ou da criação e identificação da morada da inteligência por dano cerebral.
III. Gatilho neural pronto para ser disparado em determinados tipos de informação interna ou externa e a suscetibilidade à modificação da inteligência por treinamento.
IV. Exames específicos por meio de tarefas psicológicas experimentais e criação de um sistema simbólico específico como, por exemplo, as “letras”.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e IV, apenas.
C) II e III, apenas.
D) I, II e III, apenas.

48

A teoria psicossocial do desenvolvimento humano surge do reconhecimento de que os atributos de natureza biológica, social e individual são, invariavelmente, influenciados pelas experiências sociais, o que resulta na proposição de que o desenvolvimento humano ocorre em meio a crises próprias de cada faixa etária. A forma como o indivíduo vivencia essas crises influencia diretamente a formação de sua personalidade. Assim, quando o desfecho de uma crise é positivo, o ego tende a ser fortalecido; quando é negativo, o ego tende a ser fragilizado. Como resultado, a personalidade inclina-se a se reestruturar, de modo que o ego vai adaptando-se tanto aos sucessos quanto aos fracassos. O psicanalista e pesquisador do desenvolvimento psicossocial, *Erik Erikson,* argumentava que era possível mudanças pessoais e também mapeou esses estágios ou etapas. Analise algumas características destas etapas.

I. Espera-se que a criança tenha incorporado a seu repertório de comportamentos algumas noções sobre regras e limites e sentimentos provenientes da resolução das crises anteriores, mostrando um raciocínio mais sofisticado, articulando ideias e ações, tornando-se mais proativa, pois já conquistou a autonomia, e a iniciativa deve surgir como capacidade de refletir, estabelecer objetivos, planejar e executar planos a fim de alcançá-los.

II. Espera-se que o ser humano tenha alcançado a maturidade e avançado em suas conquistas. O indivíduo maduro necessita da convicção de que suas vivências anteriores tiveram significado, e disso surge o sentimento que se traduz na genuína preocupação e no cuidado em orientar a geração seguinte durante sua jornada de desenvolvimento.

III. O controle da criança exerce sobre o mundo é relativamente limitado em razão de sua imaturidade física e neurológica, o que torna necessária a atuação de uma figura que proporcione cuidados primários, como supervisão adequada, higiene, alimentação e afeto.

Considerando as denominações das fases, em acordo com a teoria citada, assinale a associação correta.

A) **I.** Esforço *versus* inferioridade **II.** Iniciativa *versus* culpa **III.** Integridade *versus* desespero

B) **I.** Iniciativa *versus* culpa **II.** Integridade *versus* desespero **III.** Confiança *versus* desconfiança

C) **I.** Iniciativa *versus* culpa **II.** Produtividade *versus* estagnação **III.** Confiança *versus* desconfiança

D) **I.** Autonomia *versus* vergonha **II.** Intimidade *versus* isolamento **III.** Autonomia *versus* vergonha e dúvida

49

Na história da psicologia e da educação, a compreensão do que é uma criança – de como uma criança constrói desenvolvimento e como a linguagem se articula a esse processo – modificou-se nestas ciências e nas práticas sociais. Se uma visão instrumental da linguagem a colocava como uma coisa que estava fora do sujeito e que este acrescentava a si mesmo como mais uma aquisição, a qual funcionava como uma soma de elementos estanques que iam compor o construto maior do desenvolvimento do pensamento, alguns autores passam a atribuir novos contornos a tal perspectiva, mostrando como os processos cognoscitivos irão funcionar ao modo de uma equilibração majorante. Isso significa que o modo de funcionamento da linguagem articulada ao pensamento do sujeito se refaz a cada nova etapa, incorporando as aquisições anteriores em níveis de complexidade crescentes e reorganizando-as de maneira que a díade pensamento e linguagem se apresenta sutilmente estruturada. Nesse contexto, *Piaget*, *Wallon* e *Vygotsky* mostram que o conhecimento se dá a partir do sujeito em sua ação no mundo e conferem a esse processo sujeito-mundo uma dialeticidade ímpar nas teorizações sobre como conhecê-lo. Particularmente, para teoria *walloniana*:

I. Existem quatro fatores universais que explicam o desenvolvimento humano: maturação; experiência física com objetos; experiência social; e, equilibração.

II. Sua teoria psicogegética adota um enfoque interacionista, destacando a importância dos processos relativos à gênese da consciência na infância em interface com o desenvolvimento humano. Pauta-se na premissa de que tal processo baseia-se na articulação entre características genéticas e condições de existência.

III. O desenvolvimento ocorre pela apropriação ativa do conhecimento disponível em seu meio social, um processo que depende, inicialmente, de como esse conhecimento é organizado e apresentado ao indivíduo. A direção do desenvolvimento baseia-se não apenas nas condições às quais está exposto, mas também em sua percepção de mundo, que será mediada pelo outro.

IV. Os processos "desenvolvimentais" são decompostos em estágios com características específicas, as quais são responsáveis pela aquisição de novas maneiras de pensar, sentir e agir. As configurações pilares do desenvolvimento humano são: conjunto cognitivo; conjunto motor; conjunto afetivo; dimensão instrumental; e, dimensão expressiva.

Está correto o que se afirma apenas em

A) IV.

B) I e III.

C) II e IV.

D) II, III e IV.

50

As concepções de desenvolvimento humano dos professores revelam a visão que têm sobre a constituição humana, as quais sugerem, ainda que de forma implícita, determinadas concepções de ser humano e de mundo e, como consequência, dão pistas para compreender a ideia que o professor tem sobre os alunos, as suas expectativas sobre eles, a importância que eles atribuem à educação e ao professor no processo de desenvolvimento dos jovens. Entender as concepções dos professores é importante, já que elas influenciam no seu modo de ensinar e de se relacionar com os jovens. Entre as várias concepções, a crença na teoria inatista pode ter levado professores a investirem menos em crianças que, na visão deles, não foram agraciadas pela figura divina com características favoráveis ao desenvolvimento típico. Pode-se apontar como característica do inatismo:

A) Condição necessária à evolução das funções intelectivas como a maturação das estruturas motoras do indivíduo.
B) Inteligência humana vista como potencial finito e mutável, sendo sua aptidão um dom, uma habilidade inata, sendo ambos, potencial e dom herdados.
C) Experimentação sensorial como origem de todas as demais habilidades cognitivas, incluindo a própria reflexão, sendo o pensamento uma sensação aprimorada.
D) Mesma epistemologia que concebe o ser humano como um saber de nascença, que conceberá, também, dependendo das conveniências, um ser humano desprovido da mesma capacidade, deficitário.

51

O Brasil, país capitalista periférico, possui graves problemas educacionais e, historicamente, tem procurado resolvê-los, importando modelos e reflexões pedagógicas desenvolvidos em países centrais com características sociais e em estágios de desenvolvimento econômico completamente diversos dos seus. Passos importantes foram dados no sentido de ampliar a oferta da educação pública, ainda que por força de Lei, que torna o direito à educação um direito subjetivo do cidadão. Para considerar uma real democratização da escola pública, devemos concebê-la como uma instituição que:

( ) Transcende o acesso das camadas mais pobres da população sem condições mínimas que a assegurem, e mesmo a mudança nos processos de decisão no âmbito do sistema escolar, sendo preciso democratizar o conhecimento.
( ) Ajuda os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelos estudos, a dominarem o saber escolar; ajuda na formação de sua personalidade social e na sua organização enquanto coletividade.
( ) Proporciona aos alunos o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da via social, inclusive para melhoria das suas condições de vida.
( ) Deve ser entendida como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica; aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e cientifica das camadas populares.
( ) Contribui, ao mesmo tempo que amplia as oportunidades educacionais das camadas mais pobres, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção em um projeto coletivo de mudança da sociedade.

A sequência está correta em

A) F, F, V, V, F.
B) V, F, F, F, V.
C) F, V, F, F, F.
D) V, V, V, V, V.

52

Buscamos na teoria psicogenética a explicação de inteligência e afetividade mais próxima da teoria acadêmica e da práxis pedagógica. Neste contexto, encontramos na perspectiva *Walloniana* contribuições bem específicas, uma vez que para *Henri Wallon*, a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento. De acordo com seus estudos, assinale a afirmativa correta.

A) A caracterização que representa a atividade emocional é complexa e paradoxal; é simultaneamente social e biológica em sua natureza; realiza a transição entre o estado orgânico do ser e a sua etapa cognitiva, racional, que só pode ser atingida por meio da mediação afetiva.
B) Ambos se iniciam em um período denominando sensório-motor e projetivo e se estende ao longo do primeiro ano de vida. Nesse momento, a afetividade reduz-se, praticamente, às manifestações fisiológicas da emoção, que constitui, portanto, o ponto de partida do psiquismo.
C) Fez uma distinção básica entre funções mentais, especialmente as funções mentais superiores, e o fato de que não há maneira simples de compreender nenhuma delas isoladamente. Sua verdadeira essência é serem inter-relacionados com outras funções. Essa ênfase na funcionalidade reflete-se, especialmente, na sua compreensão do termo consciência, cuja organização dinâmica da consciência aplica-se ao afeto e ao intelecto.
D) A consciência afetiva é a forma como o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que instaura com o ambiente social, garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo de sua história. Assim, permitirá a posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva. Nesse sentido, ela lhe dá origem.

53

Representante da pedagogia histórico-crítica no Brasil, o professor Demerval Saviani destaca a necessidade de se elaborar uma teoria educacional a partir da prática e de tal teoria ser capaz de servir de base para a construção de um sistema educacional. Além disso, destaca a dimensão política da educação: "a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí ter eu afirmado que ao dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política". A partir deste excerto da obra "História das Ideias Pedagógicas", as reflexões podem ser ordenadas e sistematizadas nas seguintes teses, EXCETO:

A) Tese 1: não existe identidade entre educação e política. Se é assim, a educação e política são fenômenos inseparáveis; porém, efetivamente distintos entre si; Tese 2: toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política; e, Tese 3: toda prática política também contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa.

B) Tese 6: a especificidade da prática educativa se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários não-antagônicos. Em consequência, a política é, então, uma relação de dominação alicerçada, pois, na persuasão; Tese 7: a especificidade da prática política se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários antagônicos. Em consequência, a política é, então, uma relação de dominação alicerçada, pois, na dissuasão.

C) Tese 8: as relações entre educação e política se dão na forma da autonomia relativa e dependência recíproca; Tese 9: as sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política, o que determina a subordinação real da educação à prática política; Tese 10: superada a sociedade de classes cessa o primado da política e, em consequência, a subordinação da educação. Nas sociedades de classes a subordinação da educação exclui sua margem de autonomia.

D) Tese 4: a explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada à explicitação da especificidade da prática educativa; Tese 5: a explicitação da dimensão educativa da prática política está, por sua vez, condicionada à explicitação da especificidade da prática política. Estas duas teses decorrem, necessariamente da efetiva distinção entre educação e política. Com efeito, só é possível captar a dimensão política da prática educativa e vice-versa, na medida em que tais práticas forem captadas como efetivamente distintas umas das outras.

54

Em matéria datada de 12 de junho de 1932, quando comemorou os dois primeiros anos de sua "Página de Educação", Cecília Meireles (2001) escreveu que o problema da educação não seria resolvido em dois ou três anos, devido à extensão das exigências que lhe eram inerentes e às dificuldades para "atender aos seus detalhes, sem prejuízo para a obra de seu conjunto". "Os sonhos levam tempo a ganhar a sua realidade exata, principalmente quando não querem transigir em se perder uma de formação apressada." Cecília afirmou também que aqueles dois anos foram "intensos de sinceridade, de desinteresse, de luta, de altivez e de fé. Talvez muitas vidas humanas não tenham tido dois anos assim". Refletindo sobre estas frases, identificamos os vínculos de Cecília Meireles com o escolanovismo, tanto no Brasil quanto em outros países. Tal movimento apresentou grande dispersão de temas e abordagens, mas, ainda assim, é possível identificar algumas formulações comuns às suas várias correntes do pensamento escolanovista. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. Formação da personalidade integral do educando, tendo em vista não apenas o desenvolvimento de atributos individuais, mas especialmente a reordenação da sociedade, o que caracteriza uma educação socializadora/civilizadora.

II. Aproveitamento das experiências cotidianas dos alunos sem desprezar os conteúdos das matérias escolares, o que se materializa por meio da renovação dos métodos de ensino.

III. Propunha o humanismo laico com uma visão valorizadora e digna do ser humano, para a qual uma visão racionalista e cética é fundamental, embora nela também seja importante a questão ética do ser humano, algo que os racionalistas não contemplavam.

IV. Redirecionamento da mentalidade dos professores, envolvendo novas concepções morais e sintonia com os avanços da modernidade, em que se incluem as contribuições das ciências à educação e a universalização do acesso à escola.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.

B) III, apenas.

C) I, II e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

55

No endereço eletrônico da "Escola de Educação Básica Caminhos Felizes", com o objetivo de esclarecer sua metodologia de ensino, encontramos informações como sua missão, seus valores, e algumas atividades que oferece. Em relação à missão, ela declara que "é desenvolver alunos em aprendizado permanente e transformá-los em cidadãos globalmente responsáveis, que respeitam a diversidade e que serão possuidores de altos níveis de variadas habilidades e paixão para alcançar e manter seu mais alto potencial. Seus valores são expressos em alguns pontos: integração entre todas as pessoas que fazem parte da comunidade do colégio, alunos, pais, professores e colaboradores; qualidade, condições de ambiente e desenvolvimento educacional e intelectual; e, ética, integridade e parceria entre família e escola, na responsabilidade pela educação dos seus alunos. Entre as características de ensino ou atividades que oferece, encontramos: horário integral com apoio pedagógico até o 4º ano, classes pequenas e na efetiva participação do aluno; foco no aprender a aprender (resolução de desafios de aprendizagem), respeito à bagagem histórica do aluno; respeito às fases de desenvolvimento do aluno; salas de aula arejadas e bem iluminadas; ambiente alegre, criativo e seguro; ensino bilíngue; *ballet*, *jazz*, futsal, judô; sala multi/informática/laboratório; comunicação diária com a escola; relatório de desenvolvimento individualizado; reuniões periódicas com os pais sobre temas específicos; equipe em constante formação, consistente com o espírito de melhoria contínua; professor como mediador da aprendizagem. É possível inferir, pela descrição, que se trata de uma escola com proposta balizada em princípio(s) da(s) teoria(s):

I. Interacionista.
II. Construtivista.
III. Cognitivista.
IV. Sociointeracionista.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I, apenas.
C) IV, apenas.
D) II e III, apenas.

56

O *bullying* escolar é um fenômeno multifacetado que pode envolver crianças e adolescentes de modos distintos. Sobre *bullying* escolar, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Há "muitos papéis de participação no *bullying* escolar, dentre os quais há as vítimas, os agressores, as vítimas-agressoras e os espectadores [...]".
B) "[...] o ato agressivo não resulta de uma provocação; não é ocasional; mas não implica em desigualdade de poder entre alunos agressores e vítimas [...]."
C) "O fenômeno *bullying* se diferencia de outras agressões pela persistência e intencionalidade, além de possuir [...] aspectos marcantes no que diz respeito a sua caracterização [...]."
D) "Indivíduos que sofreram vitimização na infância, em curto prazo, são mais propensos ao abandono escolar, podem ter dificuldades [...] na escola, adoecer e ter problemas com o sono [...]."

57

A pedagogia, como ciência da educação interessada pelo fenômeno educativo em seu sentido amplo, para além da escola, é um campo de conhecimento que deve assumir, a partir de diálogos interdisciplinares, posição de protagonismo na construção de referenciais teórico-metodológicos que possibilitem a potencialização de efeitos formativos decorrentes de práticas em espaços de ENE, convertendo-as em práticas pedagógicas. Diante do exposto, observados os atos normativos sobre a distribuição interna dos serviços, analise as afirmativas sobre o espaço de atuação do pedagogo no Ministério Público e assinale a INCORRETA.

A) Grande parte dessas ações educativas emergentes configura uma ampla e complexa constelação de práticas inscritas fora do espaço escolar e que se estabelecem ao longo de toda a vida dos sujeitos.
B) Se insere no âmbito das práticas não escolares e sua atuação pode representar um instrumento de intermediação e articulação de saberes diante de necessidades emergentes nas esferas das sociabilidades humanas.
C) A educação não escolarizada está a serviço da formação das pessoas para a aquisição de saberes e a construção de práticas assinaladas por demandas de aprendizagens [...] se ajusta contextualmente aos espaços e tempos socioeducativos por possuir um caráter flexível.
D) A adjetivação não escolar estabelece um caráter de negação à escola e remete à ideia de que entre um e outro tipo de educação existe uma relação que é, ao mesmo tempo contrária e complementar à escola, na medida em que considera práticas socioeducativas.

58

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.)

São garantias que compõem o parágrafo único deste artigo, EXCETO:

A) Equidade na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
B) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
C) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
D) Destinação de recursos públicos específicos à proteção à infância e à juventude.

59

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente, teve algumas emendas visando ao seu aprimoramento. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta uma emenda do ECA.

A) Lei da Primeira Infância que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos.
B) Lei que instituiu a Escuta Especializada e que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência.
C) Lei que instituiu o Aleitamento Materno, que trata do dever do poder público, instituições e empregadores na criação de condições adequadas ao aleitamento materno.
D) Lei Menino Bernardo que implica no dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância e atendam às especificidades dessa faixa etária.

60

De acordo com José Carlos Libâneo, na obra "Pedagogia e pedagogos para quê?", o curso de Pedagogia deve "formar um profissional qualificado para atuar em diversos campos educativos, para atender demandas socioeducativas do tipo formal e informal e não formal [...]". Nessa abordagem, a pedagogia não escolar orienta-se por princípios que consideram a necessidade de:

A) Investigar "os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos".
B) Compreender que os espaços de ação pedagógica se ampliaram e o fenômeno educativo apresentou-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade contemporânea.
C) Orientar-se pela acepção de que a ação pedagógica é eminentemente docente e, mesmo atuando em um espaço não escolar, o pedagogo pode exercitar a docência, através de mediações não formais.
D) Tomar como ponto de partida que "um dos papéis do pedagogo é partir de um 'estudo de caso' [...] fazer o cidadão refletir sobre suas ações e suas consequências em sua vida e dos demais envolvidos no litígio".

61

Para garantir direitos específicos de crianças e adolescentes, "[...] o Ministério Público pode agir em nome próprio, como substituto processual, tendo a atribuição, por ser órgão de responsabilização, de ajuizar Medidas Protetivas, Ações Civis Coletiva ou Individual e a Ação de Destituição do Poder Familiar".

(SOUSA, Débora; OLIVEIRA, Dairton; FREITAS Raquel. O Papel do Ministério Público na Efetivação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes. Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Disponível em: http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/12/ARTIGO-2.pdf.)

As alternativas a seguir apontam aspectos que, observados os atos normativos sobre a distribuição interna dos serviços, tipificam atividades desenvolvidas pelo pedagogo no âmbito de um Ministério Público, EXCETO:

A) Definir medidas protetivas em favor de crianças e adolescentes, medidas de responsabilização dos pais ou responsáveis.
B) Contribuir para a identificação de variáveis que contribuam para que a criança ou adolescente compreendam situações de desrespeito ao seu direito.
C) Analisar ações e possibilidades de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, afastados de sua família de origem à convivência familiar e comunitária.
D) Colaborar para a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nestes se encaixando a defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

62

Imagine uma escola pública que funciona sem oferecer merenda, banheiros ou aulas de forma regular aos alunos. É um exemplo claro de desrespeito à legislação brasileira, já que o poder público é obrigado, por Lei, a garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. Para a escola funcionar de forma apropriada, entra em cena o Ministério Público.

(Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/institucional/sobre-o-mppa.htm.)

Considerando a situação exemplificada anteriormente, NÃO se trata de uma justificativa para a ação do Ministério Público:

A) "A instituição é a grande fiscal do cumprimento das leis [...]".
B) Atua "[...] na defesa dos interesses sociais e indisponíveis [...]".
C) "[...] é uma instituição pública permanente vinculada ao Poder Judiciário [...]".
D) Tem como "[...] princípios institucionais [...] a unidade, a indivisibilidade [...]".

63

De acordo com o Estatuto do Idoso, Capítulo III, que trata da proteção alimentar do idoso:

- Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.
- Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- Art. 13. Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)

Podemos afirmar que a obrigação alimentar decorre de:

A) Filiação.
B) Parentesco.
C) Pátrio poder.
D) Poder familiar.

64

***O cyberbullying* tem diversas modalidades: *e-bullying; digital bullying; electronic bullying*; *internet bullying;* ou, *mobile bullying.* Sobre o *cyberbullying,* assinale a afirmativa INCORRETA.**

A) Diferentemente do que ocorre com o *bullying*, o alvo ou vítima "geralmente não sabe quem é o autor do comportamento predatório".
B) "É, por excelência, um reflexo de uma cultura embasada no individualismo e falta de sensibilidade pelo outro e na total ausência de responsabilidade e solidariedade coletiva."
C) "Afeta à saúde pública, na medida em que é crescente o número de pessoas [...] acometidas por enfermidades psíquicas – desestabilização emocional – infligidas por esse tipo de assédio moral."
D) "Após o incidente ocorrido em 2011, quando um jovem invadiu uma Escola no RJ e matou 11 crianças foi instituído, em 2016, o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola."

65

[...] para *Vygotsky*, em cada etapa do desenvolvimento psicológico da criança encontra-se sempre também uma nova formação central que configura uma espécie de guia para todo o processo de reorganização da personalidade da criança sobre uma base nova.

(CORRÊA, Crístia. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. Psicol. Esc. Educ. 21 (3) – Sep-Dec 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/fpKByLWpTT8BY4Yv9kRH6pB/?lang=pt#:~:text=Ao%20adotar%20uma%20vis%C3%A3o%20hol%C3%ADstica,de%20maleabilidade%20presente%20nos%20indiv%C3%ADduos. Adaptado.)

Um dos conceitos fundamentais e mais expressivos de *Vygotsky* no processo de apropriação do conhecimento é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Considerando o conceito de ZDP, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) "[...] dá uma indicação melhor que a medida do desempenho independente por tocar as funções psicológicas em desenvolvimento."
B) A partir dele, o autor […] "reivindica que o bom ensino é aquele que passa adiante do desenvolvimento e o guia, fazendo o desenvolvimento avançar".
C) "[…] a ação de imitar realizada pela criança deve ser compreendida como um indicador de que as funções psicológicas relevantes não estão presentes [...]."
D) Considera que "[...] o ensino deve estar focado não apenas nas funções psicológicas existentes, mas nas funções em desenvolvimento, que são relevantes para a passagem ao próximo período [...]".

66

Em relação aos aspectos demográficos que orientam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é INCORRETO afirmar que:

A) "[...] a dinâmica populacional é um importante indicador, porque está intimamente relacionada ao processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional..."
B) "A queda da fecundidade e natalidade tem provocado importantes transformações na composição etária da população brasileira, como estreitamento da base da pirâmide etária..."
C) "[...] o modelo de desigualdade do País ganha expressão concreta no cotidiano das cidades, cujos territórios internos tendem a apresentar condições de vida também desiguais."
D) "[...] em termos percentuais, os municípios pequenos concentram uma população menor em condição de pobreza e indigência do que a observada em municípios médios, grandes ou metrópoles."

67

O Ministério Público atua na área da infância e juventude com a finalidade de garantir a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, conforme expressa previsão da Constituição Federal. O Promotor de Justiça da infância e juventude atua basicamente em três esferas: (a) adolescentes em conflito com a lei (atos infracionais); (b) situações de risco e processos de guarda, tutela e adoção; (c) defesa de interesses metaindividuais. Duas são as principais formas de atuação do Promotor de Justiça da infância e juventude: atuação administrativa e judicial. Na esfera administrativa, o Promotor de Justiça cobra do Poder Público a implementação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas áreas educacional, saúde, assistência social etc. Expede recomendações, realiza visitas de inspeção, fiscaliza entidades governamentais e não governamentais e a regular aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Na área judicial, promove ações civis para a tutela de tais direitos.

(Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico.pdf.)

Tendo em vista o papel do Ministério Público, é INCORRETO afirmar que ao pedagogo que atua nessa instituição cabe, dentre outras atribuições:

A) "[...] adotar todas as medidas para a defesa dos interesses de crianças e adolescentes que se encontrem com os seus direitos ameaçados."
B) "[...] atuar de forma multidisciplinar no sentido de aprender a situação da criança ou adolescente, as possibilidades de intervenções educativas."
C) "[...] desenvolver investigações que contribuam para que o menor infrator ou vulnerável entenda sua situação, suas potencialidades, deveres e direitos."
D) "[...] contribuir para a definição de ações de amparo a criança ou adolescentes carentes compreenda o contexto em que está inserida e os limites de suas ações."

68

De acordo com o Art. 74. do Estatuto do Idoso, NÃO COMPETE ao Ministério Público:

A) "Atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no Art. 43 desta Lei."
B) "Promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida."
C) "Recomendar a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no Art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar."
D) "Instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso."

69

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

(LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 2010. p. 33.)

Sobre as especificidades da atuação do pedagogo no Ministério Público Estadual, é INCORRETO afirmar que se trata de uma prática:

A) Intencional, porque tem sua atuação circunscrita ao contexto jurídico.
B) Investigativa, no sentido de conhecer e compreender casos em que atua.
C) Planejada, voltada à apreensão do contexto e à formação socioeducativa.
D) Mediadora, na interação com profissionais de distintas áreas do conhecimento.

70

Para *Piaget* (1964/2014), a explicação do desenvolvimento cognitivo e afetivo fundado na ação é impulsionado por um motivo, que se traduz sob a forma de uma necessidade que manifesta uma situação de um desequilíbrio. O autor trabalha com as noções de Esquema, Assimilação e Acomodação. Segundo o autor:

I. "_____ são estruturas mentais referentes a um todo organizado, relacionam-se a uma estrutura cognitiva específica [...]; têm uma plasticidade adaptam-se à realidade de modo a assimilá-la."

II. "_____ concerne à capacidade de o sujeito incorporar objetos da cognição à sua estrutura cognitiva."

III. "_____ concerne ao reajustamento ocorrido na estrutura de modo a poder incorporar o novo objeto."

IV. "_____ se encontram presentes em todo processo de interação do sujeito com o objeto."

Diante do exposto, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

A) **I.** Assimilação e acomodação **II.** Assimilação **III.** Acomodação **IV.** Esquemas

B) **I.** Assimilação e acomodação **II.** Acomodação **III.** Assimilação **IV.** Esquemas

C) **I.** Esquemas **II.** Acomodação **III.** Assimilação **IV.** Assimilação e Acomodação

D) **I.** Esquemas **II.** Assimilação **III.** Acomodação **IV.** Assimilação e Acomodação

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova	**20 pontos**	

Texto I

Normalmente, as definições presentes em documentos oficiais ou legislações que tratam de violência obstétrica – mesmo que não utilizando este termo específico – não são limitadoras. Não existe uma lista fixa de procedimentos ou situações que são condenadas ou proibidas. As definições existentes são construídas com termos mais subjetivos como “abuso”, “desrespeito”, “atendimento de qualidade”, entre outros. Algumas organizações ou meios de comunicação procuram divulgar situações mais comuns que acontecem com mulheres para que fique mais fácil que outras mulheres identifiquem se passaram por uma experiência de violência obstétrica.

(Mariana Jansen. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQMyOJrGcxWHqrReQ7SzhWBN4yLj3HPD1GPtLZzwxQAgUECKSFs9Q8BoCGK4QAvD_BwE.)

Texto II

(Disponível em: https://opopular.com.br/noticias/cidades/uma-a-cada-quatro-m%C3%A3es%C3%A9v%C3%ADtima-de-viol%C3%AAncia-obst%C3%A9trica-em-goi%C3%A1s-1.2361819.)

Texto III

A violência obstétrica contribui para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país. Toda mulher tem o direito de ser protagonista na hora do parto e ter autonomia total sobre seu próprio corpo, tendo suas vontades e necessidades respeitadas.

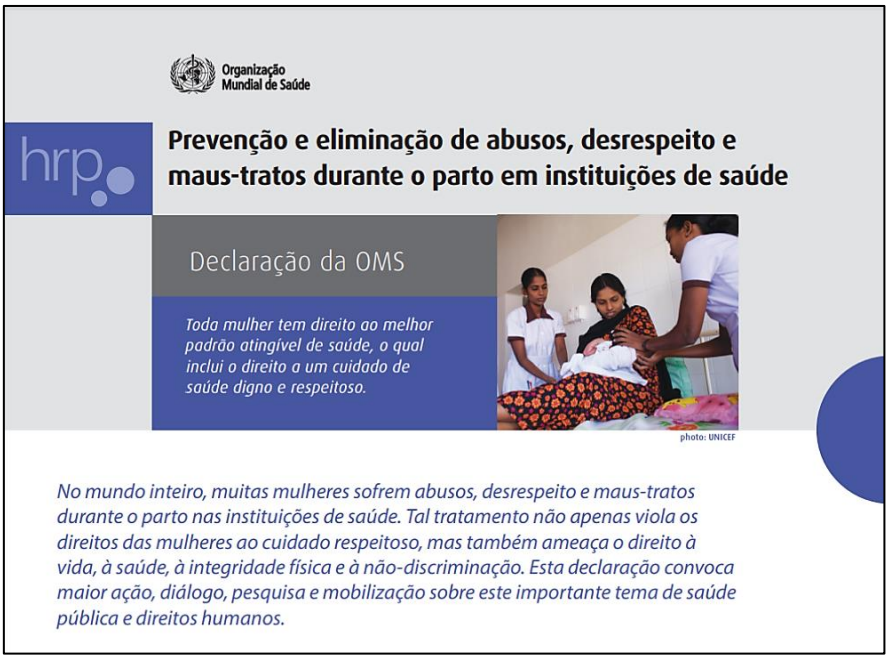
(Disponível em: https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-obstetrica/.)

Texto IV

Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância."

(Artigo 12, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher.)

Texto V



(Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Combate à violência obstétrica, uma questão de proteção à vida."

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

É <u>facultativo</u> o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais ao ingressar e sair de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, demais procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 70 (setenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos, e uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva). O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinada no local indicado.

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se ausentar do local de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de sua aplicação. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso, contra: as questões da prova objetiva de múltipla escolha e os gabaritos preliminares.
- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da Consulplan <u>www.consulplan.net</u>, no *link* correspondente ao objeto do recurso.